

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 10 a 14 de maio, em Brasília.

PAUTA CHEIA NA CÂMARA & AVANÇO DA CPI NO SENADO

O Planalto continua se articulando para votações importantes na Câmara e para fazer frente à CPI no Senado. Nesta semana, os deputados enfrentam pauta extensa e com itens polêmicos, entre eles, a nova lei do licenciamento ambiental e o marco legal da geração distribuída de energia.

Nesse cenário, para evitar longas obstruções, o presidente da Câmara e a base aliada do Governo coordenam mudanças no rito da Casa. O objetivo é limitar os instrumentos que a oposição utiliza para atrasar a deliberação de projetos no Plenário, fazendo com que muitas sessões se estendam ao longo da noite.

Ainda na Câmara, Arthur Lira (PP/AL) tenta avançar com proposta fatiada de Reforma Tributária. O deputado anunciou que a matéria deverá ser dividida em três ou quatro projetos menores, com relatores diferentes, com vistas a tornar a tramitação mais célere. Apesar disso, ainda não há acordo com os líderes partidários.

Enquanto isso, os senadores seguem mobilizados na CPI da pandemia, que passa para nova fase. Nos próximos dias, os

depoimentos passarão a ter ênfase nos processos de aquisição de vacinas pelo Governo. O ex-secretário especial de Comunicação Fabio Wajngarten comparecerá ao colegiado e deve ser questionado sobre as negociações com a farmacêutica Pfizer. Por outro lado, o presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, deverá responder sobre os procedimentos de análise de vacinas, especialmente após a rejeição do registro para uso emergencial da vacina russa Sputnik V, defendida por muitos parlamentares.

Para tentar enquadrar o Planalto, CPI ainda procura por documentos e fatos. Até o momento, as acusações da oposição têm se limitado à esfera do discurso do Presidente Bolsonaro sobre a pandemia. A intenção, porém, é encontrar documentos que eventualmente possam atestar uma atuação irregular por parte do Governo – como a demora em firmar contratos para aquisição de vacinas em virtude de uma possível crença na imunidade de rebanho.

Assim, buscando evitar reveses, o Governo se esforça para acelerar a vacinação. Na última semana, por exemplo, foram liberados R\$ 6,6 bilhões para a aquisição de novas doses da vacina da Pfizer, cujas primeiras doses entregues ao país começam a ser administradas em muitos estados nesta semana.

Destaques da Semana

Terça

- A [Câmara dos Deputados](#) pode deliberar sobre o [PL 3515/2015](#), que altera a disciplina do crédito ao consumidor e dispõe sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento.
- O [Senado Federal](#) pode votar nesta terça o [PL 5575/2020](#), que torna o Pronampe uma política de crédito oficial e permanente.

Quarta

- O relator da [Comissão Mista da Reforma Tributária](#), deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), apresentará novo parecer.
- A [CDEICS](#) realizará audiência interativa para tratar da [Medida Provisória nº 1.040/2021](#), que dispõe sobre a **Modernização do Ambiente de Negócios no País**.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro participou, nesta segunda (10), de reuniões com os ministros, Wagner de Campos Rosário (CGU), André Mendonça (AGU) e o subchefe, Pedro Cesar Sousa (Secretaria Geral da Presidência).

Casa Civil

Agenda do Ministro - Luiz Eduardo Ramos reuniu-se, nesta segunda (10), com a secretária-executiva do programa Pátria Voluntária, Adriana Pinheiro. Ademais, reuniu-se com o ministro Rogério Marinho (MDR).

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro - Paulo Guedes participou, nesta segunda (10), de reuniões com os secretários, Diogo Mac Cord (Desestatização, Desinvestimento e Mercados) e Bruno Bianco (Previdência e Trabalho). Além disso, reuniu-se com os secretários especiais da Receita Federal.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente - Roberto Campos Neto reuniu-se, nesta segunda (10), com Johannes Gawaxab, Presidente do Bank of Namibia, por videoconferência.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, os economistas do mercado financeiro mantiveram a projeção para a balança comercial em 2021 de superávit comercial de US\$ 64,00 bilhões.

Boletim Focus – A estimativa para o crescimento do PIB em 2021 agora é de 3,21%, contra 3,14% na semana anterior. Para a inflação, os especialistas consultados no levantamento semanal veem alta do IPCA de 5,06% este ano, de 5,04% antes, mantendo a expectativa de uma taxa de 3,61% no ano que vem. Para o câmbio, a pesquisa Focus com uma centena de economistas mostrou que a estimativa agora é de dólar a R\$ 5,35, contra R\$ 5,40 na semana anterior, terminando o ano que vem a R\$ 5,40. O cenário para a política monetária não sofreu alterações, com a Selic ainda sendo calculada a 5,50% no final de 2021

BNDES
Banco Nacional do
Desenvolvimento

Agenda do presidente - Gustavo Montezano reuniu-se, nesta segunda (10), com o governador de Roraima, Antonio Deranium (sem partido). Ademais, reuniu-se com assessores especiais do Ministério da Economia.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

Plenário

A **Câmara dos Deputados** pode deliberar nesta terça (11) sobre o [o PLP 146/2019](#), que dispõe sobre o Marco Legal das Startups, o [PL 3729/2004](#), que trata da nova lei de Licenciamento Ambiental, o [PL 3515/2015](#), que altera a disciplina do crédito ao consumidor e dispõe sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento, e o [PL 5829/2019](#), que trata do Marco Legal da Geração Distribuída de Energia, entre outros projetos.

Senado Federal

O **Senado Federal** pode votar nesta terça o [PL 5575/2020](#), que torna o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) uma política de crédito oficial e permanente, e o [PL 1561/2020](#), que institui as Loterias da Saúde e do Turismo.

Comissões

TECNOLOGIA 5G

Câmara | Plenário 13 | Terça (11) | 14h30

[Custo econômico, escolhas e impactos sobre operadoras e consumidores](#)

Audiência Pública - Nesta terça será realizada audiência pública, por videoconferência, sobre “**Custo econômico, escolhas tecnológicas e impactos sobre operadoras e consumidores**”, com a participação de Cláudia Viegas, Diretora da área de Economia do Direito da LCA Consultores, e outros convidados.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado | CM-Reforma Tributária | Quarta (12) | 10h30

[Apresentação de Relatório](#)

Reunião de Trabalho - Foi marcada para quarta a sessão da comissão mista da reforma tributária no Congresso para apresentação da **nova versão do parecer do deputado Aguinaldo Ribeiro** (PP-PB) sobre as propostas de emenda constitucional (PEC) 45 e 110. Na semana passada, Ribeiro apresentou um parecer sobre as PEC's, mas a leitura foi ofuscada pela decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de extinguir a comissão especial que tratava da PEC na Câmara. Após a leitura, foi aberto prazo para apresentação de emendas ao parecer.

ECONOMIA

Câmara | CDEICS | Quarta (12) | 16h

[Modernização do Ambiente de Negócios no País](#)

Audiência Pública - A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados realizará na quarta, uma audiência interativa para tratar da [Medida Provisória nº 1.040/2021](#), que dispõe sobre a **Modernização do Ambiente de Negócios no País**. A Audiência contará com a participação de Michel Dantas, Assessor-Chefe de Ambiente de Negócios da Secretaria Especial de Advocacia da Concorrência e Competitividade, e outros convidados.

Política

Presidente da CPI da Covid diz que Queiroga pode ser chamado a prestar novo depoimento. O presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), afirmou no domingo (9) em entrevista à GloboNews que o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, pode ser chamado a prestar um novo depoimento. Queiroga prestou depoimento à CPI na semana passada por cerca de oito horas. No entanto, integrantes da comissão ficaram incomodados com o fato de Queiroga ter evitado responder perguntas sobre alguns temas.
Fonte: G1 Notícias

Depoimento de Wajngarten cria apreensão entre governistas na CPI da Covid. Na tropa de choque do governo na CPI da Covid, há um clima de apreensão com o depoimento do ex-secretário de Comunicação da Presidência da República Fabio Wajngarten, marcado para esta semana. Apesar de ter feito um movimento de blindar o presidente Jair Bolsonaro na recente entrevista que concedeu à revista "Veja", a avaliação de senadores é de que a simples acusação de que houve incompetência do Ministério da Saúde para a compra de vacinas da Pfizer já coloca todo o governo na defensiva. Fonte: G1 Notícias

Bia Kicis convida Barroso para “debate” sobre voto impresso. A presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, deputada Bia Kicis (PSL-DF), convidou o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Luís Roberto Barroso, para um “debate” sobre a implementação do voto impresso no Brasil. O convite foi feito por meio de um vídeo publicado no sábado (8) nos perfis da congressista nas redes sociais. A deputada elaborou um projeto para determinar a impressão de cédulas em papel na votação e na apuração de eleições, plebiscitos e referendos no Brasil. Fonte: Poder 360

CPI da Covid abre novas frentes de investigação após primeiros depoimentos. Como resultado da primeira semana de depoimentos, a CPI da Covid busca novas fontes de informações para apurar como ações do governo e do presidente Jair Bolsonaro, contrariando as recomendações de cientistas, levaram ao agravamento da pandemia no país. O investimento em medicamentos ineficazes, por exemplo, foi um dos principais temas, e a CPI busca novos caminhos para avançar no debate. O depoimento do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, motivou um questionamento sobre porque a pasta não fez antes uma revisão das pesquisas científicas para estabelecer se a cloroquina e outras drogas poderiam ser usadas contra a Covid. Em outra frente, senadores tentam mostrar que Bolsonaro tinha uma fonte de aconselhamento paralelo na pandemia, sem base científica. Para isso, querem convocar o deputado Osmar Terra (MDB-RS), frequentador assíduo do Palácio do Planalto durante a crise sanitária. O ex-ministro Luiz Henrique Mandetta disse à comissão que muitas das ações do presidente não eram baseadas nas orientações da pasta. Fonte: O Globo

CPI mira vacinas em audiências com Anvisa e Pfizer. Na próxima semana, a CPI da Pandemia fará audiências que voltam as atenções para o tema da chegada de vacinas ao Brasil. A comissão ouvirá a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), responsável pela autorização para uso de imunizantes no país, e a Pfizer, empresa americana cujas vacinas foram rejeitadas pelo governo federal em 2020. Na terça-feira (11), a comissão recebe Antônio Barra Torres, diretor-presidente da Anvisa. A agência deu início às aprovações de vacinas em janeiro, com autorização emergencial para a chinesa CoronaVac, e até agora já liberou o uso de quatro imunizantes: além da CoronaVac, as vacinas da Janssen, da Oxford/Astrazeneca e da Pfizer. Apenas as duas últimas têm registro definitivo, enquanto as outras se baseiam em autorização emergencial. Fonte: Agência Senado

Mourão diz não acreditar em decreto de Bolsonaro contra medidas restritivas. O vice-presidente, general Hamilton Mourão, disse na segunda-feira (10) que ouviu comentários de que o decreto contra medidas restritivas, anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro, não existe. A declaração vai contra ao que disse o chefe do Executivo. Bolsonaro disse na última sexta-feira (7) que o texto já está pronto. “Creio que a liberdade é o bem maior que nós podemos ter. Tenho falado, se eu baixar decreto, que já está pronto, todos cumprirão”, disse o presidente. Fonte: Poder 360

Reforma Tributária

Presidente da Câmara dos Deputados avalia fatiar reforma tributária entre cinco relatores. Depois de extinguir a comissão e abandonar a reforma tributária ampla prevista no relatório de Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avalia colocar cinco relatores na proposta que vai tramitar no plenário da Casa. A mudança de rumo de Lira pegou de surpresa alguns líderes que diziam ter um acordo para a votação do texto sem o fatiamento. Fonte: Folha de S. Paulo

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. O Plenário do Supremo Tribunal Federal se reunirá a partir do dia 12, às 14 horas, para discutir a Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI 5529](#)), o Recurso Extraordinário ([RE 574706](#)), a ([ADI 5779](#)) e o ([RE 816830](#)). O primeiro questiona o artigo 40, parágrafo único, da Lei 9.279/96, que dispõe sobre o prazo mínimo de vigência das patentes de invenção e de modelo de utilidade, contado da data de sua concessão. O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta e julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 40 da Lei nº 9.279/1996, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Roberto Barroso e Luiz Fux (Presidente). Em seguida, o julgamento foi suspenso para deliberação de proposta de modulação dos efeitos da decisão em sessão posterior. O segundo trata da discussão acerca da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em que o Tribunal deu provimento ao recurso, fixando a seguinte tese de repercussão geral: "O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS". O terceiro questiona o artigo 1º da Lei nº 13.454/2017, que autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica no modelo B2, dos anorexígenos sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol. Já o quarto, discute a constitucionalidade da incidência da contribuição destinada ao SENAR sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, nos termos do art. 2º da Lei 8.540/1992, com as alterações posteriores do art. 6º da Lei 9.528/1997 e do art. 3º da Lei 10.256/2001. No dia 13, o Plenário se reúne para tratar do [RE 999435](#), que discute a necessidade de negociação coletiva em caso de dispensa em massa de trabalhadores, da ([ADI 4878](#)), para dar interpretação conforme a Constituição, ao § 2º do art. 16 da Lei 8.213/1991, acerca dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social e da ([ADI 5083](#)), que questiona o artigo 2º da Lei 9.528/1997, que alterou o art. 16, § 2º, da Lei nº 8.213/1991, para excluir do rol de dependentes dos benefícios da previdência social o menor sob guarda. Fonte: Portal STF

Bolsonaro terá menos opções de nomes para o STJ. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve enviar uma lista com quatro nomes para que o presidente Jair Bolsonaro escolha os novos ministros da Corte. Geralmente a lista é tríplice, mas, como desta vez há duas vagas a serem preenchidas — ambas para desembargadores de tribunais regionais federais — o regimento interno do tribunal permite esse formato diferente. Em vez de duas listas tríplices, com seis nomes ao todo, portanto, Bolsonaro poderá receber uma única, com quatro nomes e dela ter que escolher dois. Fonte: Valor Econômico

Covid-19

Brasil passa a apoiar negociações para quebra de patentes de vacinas. Após a aprovação pelo Senado do projeto de lei que autoriza a quebra temporária de patentes e insumos de vacinas contra a covid-19, o governo brasileiro passou a apoiar as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) em torno da medida. A nova posição do governo brasileiro foi divulgada no fim da tarde de sexta-feira (7) em nota conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Saúde, da Economia e de Ciência, Tecnologia e Inovações. Segundo o comunicado, o governo brasileiro "recebeu com satisfação" a disposição dos Estados Unidos em discutir, na OMC, um acordo multilateral que permita a quebra temporária de patentes e torne viáveis esforços para aumentar a produção e a distribuição global de insumos e de vacinas. A mudança de posição do governo norte-americano havia sido anunciada na última quarta-feira (5). Fonte: Agência Brasil

Fabricação de vacina da Fiocruz totalmente no Brasil começa dia 15. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) deverá começar a fabricar a vacina da Oxford/AstraZeneca contra a covid-19 com o ingrediente farmacêutico ativo (IFA) produzido no Brasil no dia 15 de maio. A previsão foi feita pelo vice-presidente da instituição, Mario Moreira, em entrevista coletiva do Ministério da Saúde, em Brasília, na sexta-feira (7). De acordo com o dirigente, a fundação está em condições de produzir e obteve a certificação de boas práticas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas ainda há procedimentos de avaliação a serem realizados, além do processo do registro definitivo do imunizante. Fonte: Agência Brasil

Anvisa diz que aguarda esclarecimentos sobre vacina Sputnik V. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou, em comunicado emitido na sexta-feira, que documentos adicionais enviados pelos

governos da Bahia, Maranhão e Sergipe para apoiar o pedido de autorização para importação da vacina russa contra covid-19 Sputnik V são insuficientes, e que segue aguardando os esclarecimentos necessários para realizar uma nova análise do imunizante. Em razão disso, os Estados foram comunicados que os processos seguem em diligência até que os esclarecimentos necessários sejam capazes de subsidiar a análise dos pedidos de importação", diz o comunicado. Fonte: Valor Econômico

Último Foco

Plenário se reúne na terça-feira com projeto sobre Pronampe na pauta. A proposta que torna permanente o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) está na pauta da reunião de Plenário da terça-feira (11). Os senadores devem analisar ainda outras três proposições, entre elas a que reorganiza as carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF). O Projeto de Lei 5.575/2020, do senador Jorginho Mello (PL-SC), transforma o Pronampe em política oficial de crédito, de modo a conferir tratamentos diferenciado e favorecido ao setor de maneira continuada. O Pronampe é um programa do governo federal destinado ao desenvolvimento e ao fortalecimento de pequenos negócios. Foi criado como sistema de crédito emergencial para a pandemia de covid-19 por meio da Lei 13.999, de 2020. Fonte: Agência Senado

Receita do setor de software alcançou R\$ 44 bilhões em 2020, diz IDC Brasil. A migração acelerada dos negócios para o ambiente digital, como reflexo da pandemia, gerou uma receita de R\$ 44 bilhões (US\$ 8,1 bilhões) para o setor de software no Brasil, no ano passado. O volume é 32,5% superior ao resultado do setor em 2019, informa a consultoria IDC Brasil. Segundo a IDC, a demanda das empresas em 2020 foi maior em softwares para gestão de infraestruturas de tecnologia, de relacionamento com clientes (CRM, na sigla em inglês), sistemas de gestão empresarial (ERP, na sigla em inglês), ferramentas colaborativas e de inteligência artificial. Somente em softwares de ERP foram investidos R\$ 14 bilhões no ano passado, um crescimento de 25% nos investimentos das empresas em relação a 2019. Fonte: Valor Econômico

Moratória que beneficia economia digital tem novo confronto na OMC. A renovação da moratória global na imposição de tarifa aduaneira sobre transmissão eletrônica provoca novo confronto entre países na Organização Mundial do Comércio (OMC). A moratória tem mais de 20 anos e é sempre renovada na conferência de ministros de comércio que ocorre a cada dois anos. Desta vez, será em novembro em Genebra. Fonte: Valor Econômico

Webinar: Como a proteção de dados afeta o direito do consumidor? Na quarta-feira (19/05), das 9 horas às 11 horas, irá ocorrer o seminário online com o tema: Como a proteção de dados afeta o direito do consumidor?. O evento contará com a presença de Thiago Luís Sombra, sócio do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados, Nairane Rabelo, diretora da Agência Nacional de Proteção de Dados, Juliana Domingues, secretária da SENACON e o professor da UFRGS Bruno Miragem, advogado e parecerista. As inscrições podem ser feitas pelo [site](#). Fonte: Migalhas Eventos

MJSP, MPF e ANPD emitem recomendação sobre nova política de privacidade de aplicativo de mensagens. O Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério Público Federal (MPF) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) emitiram, na sexta-feira (7), recomendação ao Whatsapp e ao Facebook relacionada à nova política de privacidade do aplicativo de mensagens. Pelo MJSP atuam nesse tema a Senacon e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Além de indicar providências sobre o acesso dos usuários à plataforma, os órgãos recomendam ao WhatsApp que adie a data de vigência de sua nova política, prevista para 15 de maio. Fonte: ASCOM MJSP

Prazo para implantar 5G nas capitais "pode ser apertado", avalia Conexis. O presidente da Conexis Brasil Digital, sindicato que representa as empresas de telefonia, Marcos Ferrari, 47 anos, afirmou ao Poder360 que o prazo para implantação de 5G em todas as capitais brasileiras "pode ser apertado". O edital aprovado pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) determina que as 27 cidades tenham a rede de 5ª geração já em julho de 2022. O texto está sendo analisado pelo TCU. Fonte: Poder 360